

## CURRÍCULO DIVERSIFICADO NA EJA: REFLEXÕES E PRÁTICAS IMPLEMENTADAS NO POLO EDUCACIONAL SESC

Janaina Franca<sup>1</sup>  
Leonardo Minervini<sup>2</sup>  
Gilmar de Paula Bezerra<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo descreve os processos metodológicos desenvolvidos para implantação de uma escola voltada à educação de jovens e adultos no Polo Educacional Sesc, instituição localizada na Zona Sudoeste da cidade do Rio de Janeiro. Em diálogo com referenciais teóricos dos campos da educação e do lazer, o texto apresenta a estruturação da escola, tendo como ênfase a dimensão curricular diversificada. Na perspectiva de uma educação integral, pautada por princípios inerentes aos direitos de acesso à cultura e ao lazer, parte-se do pressuposto que proporcionar aos estudantes experiências estéticas emancipatórias é um compromisso que deve ocupar lugar de protagonismo nas práticas pedagógicas. Para isso, faz-se determinante a elaboração de estratégias metodológicas que estimulem a criatividade, a sensibilidade, o autoconhecimento, a subjetivação, a alteridade e, sobretudo, a valorização das diversidades em seus múltiplos aspectos. Nesse sentido, o currículo diversificado da EJA do Polo Educacional Sesc ancora-se em duas vertentes principais: na pedagogia do espectador, no âmbito das experiências culturais, e na sociabilidade, pela perspectiva do lazer. Este artigo adota como ênfase a perspectiva do lazer mediado integrado à formação dos estudantes, por meio de práticas realizadas no currículo diversificado. Por fim, o artigo relata as iniciativas de lazer inseridas na formação dos estudantes, tecendo de forma crítica as intencionalidades nas escolhas curatoriais, bem como indicando os resultados qualitativos verificados.

**Palavras-chave:** Educação de jovens e adultos, Polo Educacional Sesc, Lazer.

### INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, de acordo com a Lei nº 9.394/96, é uma modalidade da Educação Básica para as etapas do ensino fundamental e médio, destinada a estudantes a partir dos 15 anos de idade para o Ensino Fundamental e dos 18 anos para o Ensino Médio. Historicamente, o ensino de jovens e adultos envolvia um número considerável de adultos e idosos, especialmente na alfabetização e conclusão da educação básica. Mesmo antes da definição da EJA pela LDB nº 9.394/96 e o Parecer nº 11/2000, existia no Brasil uma educação de caráter compensatório para adultos visando combater o analfabetismo. Atualmente, observa-se que o perfil do público atendido tem se modificado nas últimas décadas, visto que é notável um processo expressivo de juvenilização da modalidade.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Tecnologias Sociais pelo NIDES/UFRJ, [jfranca@sesc.com.br](mailto:jfranca@sesc.com.br);

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Humanas/Educação pela PUC-Rio, [lminervini@sesc.com.br](mailto:lminervini@sesc.com.br);

<sup>3</sup> Mestre em Educação em Ciências e Saúde pela UFRJ, [gbezerra@sesc.com.br](mailto:gbezerra@sesc.com.br).

A EJA se aplica como uma modalidade estratégica na busca por igualdade de acesso à educação, representando uma dialética entre a dívida social, a abertura e as promessas no âmbito constitucional. Seu público é composto por pessoas que, na infância ou adolescência, foram excluídas social, cultural, étnica, espacial e economicamente, não tendo acesso e/ou permanência na escola na idade própria. Esse público é diverso e heterogêneo, com interesses variados, incluindo aqueles inseridos ou atuando na informalidade do mercado de trabalho. Além disso, após o período pandêmico (2020-2021), muitos adolescentes e jovens abandonaram a escola, o que agravou questões relacionadas à desigualdade.

### **METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE 2014-2024) PARA A EJA**

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024)<sup>4</sup> estabeleceu vinte metas para a educação brasileira com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais. Três metas são especificamente dedicadas à EJA, fundamentadas no direito de todos à educação:

- **Meta 8:** Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade. Um desafio é alcançar a média de 12 anos de estudo para essa juventude, em especial para residentes de regiões com menor escolaridade (como no campo), 25% dos mais pobres e igualar a escolaridade média de negros e não negros até 2024. Em 2021, a escolaridade média era de 11,7 anos de estudo. Em 2021, pouco mais de 40 milhões de jovens brasileiros entre 18 e 29 anos ainda não possuíam o ensino médio completo.
- **Meta 9:** Reduzir em 50% o analfabetismo funcional e erradicar o analfabetismo absoluto até 2024. Em 2021, a taxa de analfabetos com 15 anos ou mais no Brasil persistia em 5,8%. O analfabetismo funcional (pessoas com 15 anos ou mais com menos de cinco anos de escolaridade ou que declaram não saber ler e escrever) ainda é um desafio, com a taxa nacional de 11,4% em 2021. As regiões Norte (13,5%) e Nordeste (18,7%) apresentaram as taxas mais elevadas.
- **Meta 10:** Estabelecer que, no mínimo, 25% das matrículas da EJA sejam ofertadas de forma integrada à educação profissional. Os relatórios indicam que o país está distante dessa meta, com apenas 1,8% do total de matrículas de EJA no Brasil integrada à Educação Profissional em 2021. A maior parte dessas matrículas (87,6% em 2021) está em escolas na área urbana.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/02/17/as-20-metas-do-pne-e-a-avaliacao-do-inep>>. Acesso em: 30 out. 2025.

Em 2020, o Brasil contava com três milhões de matrículas na EJA, com as regiões Nordeste (1,2 milhão) e Sudeste (938,9 mil) registrando o maior número.

## **AS FUNÇÕES DA EJA: REPARADORA, EQUALIZADORA E QUALIFICADORA**

A EJA assume uma dimensão inclusiva, lidando com a diversidade, com o objetivo de transformar territórios a partir de sujeitos protagonistas conscientes de sua cidadania. As funções estabelecidas para a EJA segundo Parecer 11/2000<sup>5</sup> são:

1. Função Reparadora: visa restituir aos sujeitos o direito à educação anteriormente negado. Para Jamil Cury, esta função não é apenas de suplência, mas restabelece os direitos civis negados e o direito a uma escola de qualidade e à igualdade de todo ser humano.
2. Função Equalizadora: promove a equidade, que é a forma de distribuir bens sociais para garantir uma alocação equitativa, proporcionando oportunidades àqueles mais desfavorecidos. A EJA, nessa perspectiva, é um compromisso sociopolítico e ético da educação na libertação.
3. Função Qualificadora: consiste na tarefa permanente de qualificar os sujeitos na atualização de conhecimentos por toda a vida, construindo uma sociedade educada para o universalismo, solidariedade, igualdade, diversidade, tolerância e respeito, visando dirimir as desigualdades.

## **CONTEXTO HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL**

As primeiras iniciativas de educação de adultos remontam à época do Brasil Colônia, com a chegada dos jesuítas e a catequese. Contudo, após a expulsão dos jesuítas (século XVIII), a educação de adultos se desorganizou e ficou à margem do Império. A seguir, destacam-se marcos históricos que contextualizam a educação de jovens e adultos no país:

- Constituição Imperial de 1824: reservava a todos os cidadãos a instrução primária gratuita e levou à abertura de escolas noturnas de baixa qualidade para adultos. A cidadania, no entanto, era restrita.
- Decreto n. 7.247 de 1879: criou cursos para adultos analfabetos, livres ou libertos, do sexo masculino.
- Constituição Republicana de 1891: subtraiu a gratuidade do ensino escolar e condicionou o voto à alfabetização.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <[https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11\\_2000.pdf](https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2025.

- Década de 1930: a educação básica de adultos ganhou destaque com a criação do Plano Nacional de Educação, que estabelecia o ensino primário gratuito e integral como dever do Estado, com vistas a garantir maior acesso ao voto.
- Década de 1940: criação da licença-ginasial por exames (1942), do curso primário supletivo (1946) e do Serviço de Educação de Adultos (SEA), além da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA).
- Década de 1950: lançamento da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA).
- Início da Década de 1960: emergência de Paulo Freire com uma proposta de alfabetização conscientizadora, renovadora e libertadora para as classes oprimidas. Suas ideias, como o "Método Paulo Freire de Alfabetização de Adultos", propunham uma educação crítica, reflexiva e emancipatória.
- Período Militar: lançamento do MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização.
- Pós-Ditadura: surgimento da Fundação Educar e do Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania.
- Avanços internacionais: fortalecimento da CONFINTEA - Conferência Internacional da Educação de Adultos, que discutiu a Educação de Adultos com diferentes enfoques ao longo de suas edições (1972 a 1997).
- Anos 1990: tentativa de passar a responsabilidade da EJA para a iniciativa privada com o Programa Alfabetização Solidária (1995) e a extinção da EJA da via econômica com o FUNDEF. Início do processo de juvenilização da EJA.
- A partir de 2003: a alfabetização de jovens e adultos foi pauta prioritária no primeiro governo Luiz Inácio Lula da Silva, com a institucionalização da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC). A SECADI tinha a missão de promover políticas públicas educacionais, articulando a diversidade humana e social para garantir o direito de todos à educação, com qualidade e equidade. A SECADI foi extinta pelo Decreto nº 9.465, de 2/1/2019, o que representou a descontinuidade de medidas que asseguravam oportunidades de reconstrução da sociedade brasileira com redução das desigualdades. Em 2023, a SECADI foi reintegrada ao Ministério da Educação (MEC) para ajudar o Governo Federal em seu projeto de união e reconstrução do Brasil. Durante os dois primeiros meses de atuação, a Secretaria se dedicou à construção de uma agenda de programas e políticas educacionais para promoção da equidade. No Dia Mundial de Zero Discriminação, celebrado em 1º de março, o MEC resgata as primeiras ações da Secretaria, sendo essa

data marcada pela luta contra o racismo, a discriminação na escola, no trabalho e em outras atividades e segmentos da sociedade.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com aqueles que não tiveram acesso à escolarização básica e foram marginalizados em relação aos direitos constitucionais. A reentrada desse público no sistema educacional, muitas vezes forçada pela evasão ou desigualdade de oportunidades, torna necessária a reparação corretiva, possibilitando novas inserções no mundo do trabalho, na vida social e na participação para o desenvolvimento de territórios e transformações sociais.

### **A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO POLO EDUCACIONAL SESC**

O Polo Educacional Sesc está situado no bairro da Barra Olímpica, Zona Sudoeste da cidade do Rio de Janeiro. A instituição oferece toda a estrutura necessária para o ensino de excelência em diferentes segmentos: Escola Sesc de Ensino Médio, Escola Sesc de Artes Dramáticas, Educação de Jovens e Adultos e Qualificação Profissional em Produção Cultural. Esses programas e projetos foram criados para atender a um público diversificado, com abrangência local e nacional, promovendo o desenvolvimento humano.

A implementação do Programa EAD EJA Sesc, iniciada no segundo semestre de 2023 no Polo Educacional Sesc, representa um marco estratégico para a instituição. Sua chegada atende diretamente a uma demanda crescente de jovens e adultos que buscam acesso à educação gratuita e de qualidade, sobretudo aqueles historicamente estigmatizados e marginalizados pelo sistema educacional brasileiro. O ingresso da modalidade no Polo foi guiado pela identificação de um público que deseja retomar os estudos, mas enfrenta barreiras significativas, tais como: jornadas de trabalho extensas; responsabilidades familiares — muitas vezes como principais provedores do lar; histórico de baixa escolarização e evasão escolar; dificuldades de deslocamento e acesso; e condições socioeconômicas vulneráveis.

Na perspectiva de uma educação integral, pautada por princípios inerentes aos direitos de acesso à cultura e ao lazer, parte-se do pressuposto que proporcionar aos estudantes experiências estéticas emancipatórias é um compromisso que deve ocupar lugar de protagonismo nas práticas pedagógicas. Para isso, faz-se determinante a elaboração de estratégias metodológicas que estimulem a criatividade, a sensibilidade, o autoconhecimento, a subjetivação, a alteridade e, sobretudo, a valorização das diversidades em seus múltiplos aspectos. Nesse sentido, o currículo diversificado da EJA do Polo Educacional Sesc ancora-se em duas vertentes principais: na pedagogia do espectador, no âmbito das experiências culturais,

e na sociabilidade, pela perspectiva do lazer. A seguir, serão abordados aspectos relacionados à implementação do lazer, enquanto conceito e direito social, no currículo diversificado da EJA do Polo Educacional Sesc.

## **CONCEPÇÕES DO LAZER NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Partindo do princípio de que a EJA se configura como uma modalidade educacional voltada à garantia do direito à escolarização de pessoas historicamente excluídos dos processos formais de ensino, o lazer, nesse contexto, emerge como uma dimensão significativa da prática pedagógica. Segundo Marcellino (2017), o lazer é um fenômeno cultural que envolve liberdade de escolha, prazer e participação ativa dos sujeitos. Para o autor, “o lazer pode ser educativo quando promove reflexão, autonomia e participação” (p. 49), sendo, portanto, um instrumento de formação integral. Nessa direção, o lazer não se resume apenas como espaço de recreação, mas como campo de formação, expressão cultural e construção de cidadania.

Desta forma, a abordagem do lazer na EJA deve considerar as especificidades dos educandos, suas trajetórias de vida e os saberes que carregam, promovendo experiências que articulem prazer, reflexão e emancipação. Essa concepção amplia as possibilidades pedagógicas, permitindo que o lazer seja incorporado ao currículo como elemento formador, capaz de dialogar com os interesses e vivências dos estudantes por meio de estratégias pedagógicas organizadas no planejamento escolar.

Em diálogo, Melo e Alves Jr. (2012) reforçam essa perspectiva ao afirmarem que o lazer deve ser compreendido em seu sentido amplo, englobando práticas corporais, linguagens, manifestações culturais e interesses humanos. Para os autores o lazer na escola não pode se limitar meramente a um momento de ócio, pois se configura como espaço de experiências significativas que contribuem para o desenvolvimento dos sujeitos em sua integralidade.

## **O LAZER COMO DIREITO E ELEMENTO EDUCACIONAL NA FORMAÇÃO INTEGRAL DE JOVENS E ADULTOS**

O lazer, enquanto direito social, está previsto na Constituição Federal de 1988, no artigo 6º, ao lado da educação, da saúde, do trabalho e da cultura. Nessa direção, Marcellino (2017) reforça a importância do lazer como um instrumento de formação humana e cidadã. O autor comenta que ao trabalharmos o lazer na escola devemos ter intencionalidades pedagógicas que respeitem as identidades culturais dos sujeitos e promovam espaços de convivência, sociabilidade, expressão e aprendizagem. Oficinas de dança, atividades físico-esportivas, música, teatro, rodas de conversa, jogos e atividades artísticas são recursos valiosos que podem



integrar o lazer ao processo educativo ampliando as possibilidades de atuação social dos estudantes.

A abordagem teórica que propicie reflexões do direito ao lazer, bem como a sua leitura crítica, são fundamentais para que a compreensão do tema seja, de fato, trabalhada na formação dos estudantes. Andrade (2020) reforça essa perspectiva ao afirmar que a educação para o lazer contribui para a construção de sujeitos mais conscientes, participativos e capazes de transformar suas realidades. A abordagem crítica do lazer na EJA também permite romper com visões reducionistas que o associam apenas ao descanso ou à recreação. Trata-se de reconhecer o lazer como campo de disputa simbólica, onde se expressam valores, identidades e projetos de sociedade.

As concepções de Marcellino (2017) e de Melo e Alves Jr. (2012) convergem na valorização do lazer como prática educativa na EJA, destacando seu potencial formativo, cultural e emancipador. Ao reconhecer o lazer como dimensão essencial da educação e na formação crítica dos educandos conforme proposto por Andrade (2020), os professores contribuem para uma escola mais inclusiva, dialógica e significativa, que respeita os sujeitos em sua totalidade e promove a transformação social.

### **AÇÕES DE LAZER NA EJA DO POLO EDUCACIONAL SESC**

Com base na literatura especializada, compreendemos que as ações que englobam o lazer nas aulas da EJA no Polo Educacional Sesc são fundamentadas em uma visão holística da educação — corpo, mente, emoções e contexto social — que reconhece o lazer como uma dimensão essencial da formação humana, conforme defendido por Marcellino (2017) e Andrade (2020).

O planejamento pedagógico é realizado semanalmente de forma colaborativa entre os docentes, com o objetivo de integrar experiências de lazer na formação integral dos estudantes. A programação contempla atividades que vão além da rotina de estudos dos conteúdos da base curricular, promovendo o bem-estar social, a convivência e a valorização das trajetórias de vida dos estudantes.

Destacam-se as aulas organizadas em formato de oficinas de vivências alusivas ao lazer. As atividades são elencadas de forma que os estudantes possam vivenciar tais práticas no qual chamamos de lazer mediado, justamente por haver uma mediação. A proposta está alinhada à intencionalidade pedagógica de promover uma abordagem interdisciplinar que dialoga com o pensamento crítico dos estudantes sobre o direito ao ócio. Um exemplo é quando se articula a temas das Ciências da Natureza, abordando conteúdos relacionados aos aspectos biológicos do

corpo com a saúde física e mental, por meio de oficinas de relaxamento, alongamento e respiração consciente.

Ao relacionar os conteúdos escolares com práticas corporais voltadas ao lazer, cria-se um ambiente propício à reflexão crítica sobre aspectos da realidade vivida pelos estudantes. O lazer, portanto, não se apresenta como um momento periférico, mas como parte integrante do processo educativo, favorecendo o desenvolvimento integral e fortalecendo os vínculos de pertencimento e valorização do espaço escolar e do processo de aprendizagem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A atuação do Polo Educacional Sesc está alinhada ao entendimento de que o direito à educação é a base da cidadania e da inclusão social. O Sesc entende que promover a educação de jovens e adultos vai muito além da certificação — trata-se de promover a autonomia, o protagonismo e a transformação social. Com base nas diretrizes nacionais, o Polo implementou um modelo inovador, articulando formação geral básica (BNCC), itinerários formativos, qualificação profissional, projeto de vida, mediação e fruição cultural, além de outras diversas práticas de sociabilidade realizadas por meio do lazer mediado. Nesse sentido, as iniciativas que compõem o currículo diversificado ampliam as possibilidades de aprendizagem, integrando teoria e prática, contribuindo para a oferta de um percurso formativo mais significativo e conectado à vida real. Portanto, a EJA no Polo Educacional Sesc representa um compromisso social com a dignidade, com o direito à educação e com a construção de novos futuros.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANDRADE, Ana Paula. *Educação para o lazer na EJA: práticas e possibilidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

BRASIL. *Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. *Parecer CNE/CEB n.º 11/2000*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024)*. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

CARRANO, P. C. R. *A juvenilização da EJA: A experiência da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro*. 2007.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.





FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GADOTTI, M. *A questão da educação de jovens e adultos: uma perspectiva histórica*. São Paulo: Cortez, 2009.

JAKIMIU, V. C. L. Extinção da SECADI: a negação do direito à Educação (para e com a diversidade). *Revista de Estudos em Educação e Diversidade*, v. 2, n. 3, p. 115–137, jan./mar. 2021.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. 3. ed. Campinas: Papirus, 2017.

MELO, Simone Aparecida; ALVES JR., Benedito Rodrigues. *Educação de jovens e adultos: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2012.